

Colonialismo interno (uma redefinição)	Título
González Casanova, Pablo - Autor/a;	Autor(es)
A teoría marxista hoje. Problemas e perspectivas	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2007	Fecha
Campus Virtual	Colección
Movimientos Sociales; Colonialismo; Lucha de Clases; Capitalismo; Colonialismo Interno; Socialismo;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
 Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
 Latin American Council of Social Sciences



Pablo González Casanova*

Colonialismo interno (uma redefinição) **

* Sociólogo e politólogo mexicano. Diretor do Centro de Investigações Interdisciplinares em Ciências e Humanidades da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e Pesquisador Emérito da mencionada unidade acadêmica.

** Tradução de Simone Rezende da Silva.

Na história do capitalismo

Em uma definição concreta da categoria colonialismo interno, tão significativa para as novas lutas dos povos, se requer precisar: primeiro, que o colonialismo interno dá-se no terreno econômico, político, social e cultural; segundo, como evolui o colonialismo interno ao longo da história do Estado-nação e do capitalismo; terceiro, como se relaciona o colonialismo interno com as alternativas emergentes, sistêmicas e anti-sistêmicas, em particular as que concernem à “resistência” e à “construção de autonomias” dentro do Estado-nação, assim como à criação de vínculos (ou à ausência de vínculos) com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da liberação e do socialismo.

O colonialismo interno foi uma categoria tabu para distintas correntes ideológicas. Para os ideólogos do imperialismo porque não podem conceber que se dêem relações de comércio inequívoco –desigualdades e exploração– nem em um plano internacional nem em nível interno. Para os ideólogos que lutam com os movimentos de libertação nacional ou pelo socialismo porque, uma vez no poder, esquecidos do pensamento dialético ou carentes do mesmo, não aceitam reconhecer que o Estado-nação que dirigem ou ao que servem, mantém e renova muitas das estruturas coloniais internas que prevaleciam durante o domínio colonial ou burguês. E mais, estes ideólogos com razão advertem como o imperialismo ou a burguesia aproveitam as contradições entre o governo nacional e as nacionalidades neo-colonizadas para debilitar e desestabilizar toda vez que podem os estados surgidos da revolução ou das lutas de libertação, e esses argumentos, que são válidos, servem-lhes também como

pretexto para opor-se às lutas das “minorias nacionais”, das “nacionalidades”, ou dos “povos originais” sem que a correlação de forças subsistente seja alterada nem lhes permita modificá-la em um sentido libertador que inclua a desapareição das relações coloniais no interior do Estado-nação.

A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal. Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes às que os caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional: 1) habitam em um território sem governo próprio; 2) encontram-se em situação de desigualdade frente às elites das etnias dominantes e das classes que as integram; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem às etnias dominantes, às burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de “assimilados”; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”, ou ao cabo convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional”. Se como afirmara Marx “um país se enriquece às custas de outro país” igual a “uma classe se enriquece às custas de outra classe”, em muitos Estados-nação que provêm da conquista de territórios, chame-se Impérios ou Repúblicas, a essas duas formas de enriquecimento juntam-se as do colonialismo interno (Marx, 1963: 155, Tomo I).

Na época moderna o colonialismo interno tem antecedentes na opressão e exploração de alguns povos por outros, desde que a articulação de distintos feudos e domínios característica da formação dos reinos, somou-se no século XVII, à Revolução Inglesa e ao poder das burguesias. Os acordos mais ou menos livres ou forçados das velhas e novas classes dominantes criaram misturas das antigas e das novas formas de dominação e apropriação do excedente e deram lugar a formações sociais nas quais foi

prevalecendo cada vez mais o trabalho assalariado frente ao trabalho servil, sem que este e o escravo desaparecessem. A crescente importância da luta entre duas classes, a burguesia e o proletariado, se deu com toda clareza na primeira metade do século XIX. A partir de então, a luta de classes ocupou um papel central para explicar os fenômenos sociais. Porém, amiúde se extrapolou seu comportamento, seja porque pensava que a história humana conduzia do escravismo, ao feudalismo, ao capitalismo, seja porque não se reparava no fato de que o capitalismo industrial somente permitia fazer generalizações sobre uma parte da humanidade, seja porque não se advertia que o capitalismo clássico estava sujeito a um futuro de mediações e reestruturações da classe dominante e do sistema capitalista pelo qual aquela buscava fortalecer-se frente aos trabalhadores.

Em todo caso, no próprio pensamento clássico marxista, prevaleceu a análise da dominação e exploração dos trabalhadores pela burguesia frente à análise da dominação e exploração de alguns países por outros. Com a evolução da social-democracia e sua cooptação pelos grandes poderes coloniais, não somente se atenuou e até se esqueceu a análise de classe, mas também se acentuou o menosprezo pelas injustiças do colonialismo. Estudos como o de J. A. Hobson (1902) sobre o imperialismo foram verdadeiramente excepcionais. Somente com a Revolução Russa colocou-se por sua vez uma luta contra o capitalismo e contra o colonialismo. Por parte dos povos coloniais ou dependentes durante muito tempo surgiram movimentos de resistência e rebelião com características predominantemente particularistas. No princípio do século XX algumas revoluções de independência e nacionalistas começaram a ser exemplares, como a Chinesa ou a Mexicana. Contudo, os fenômenos de colonialismo interno, ligados à luta pela libertação, pela democracia e pelo socialismo somente se deram mais tarde. Apareceram ligados ao surgimento da nova esquerda dos anos sessenta e a sua crítica mais ou menos radical das contradições em que haviam incorrido os estados dirigidos pelos comunistas e pelos nacionalistas do Terceiro Mundo. Ainda assim, pode-se dizer que não foi senão até fim do século XX quando os movimentos de resistência e pela autonomia das etnias e dos povos oprimidos adquiriram uma importância mundial. Muitos dos movimentos de etnias, povos e nacionalidades não somente superaram a lógica de luta tribal (de uma tribo ou etnia contra outra), e não somente fizeram uniões de etnias oprimidas, mas também colocaram um projeto simultâneo de lutas pela

autonomia das etnias, pela libertação nacional, pelo socialismo e pela democracia. A construção de um estado multi-étnico se vinculou à construção de “um mundo feito de muitos mundos” que teria como protagonistas os povos, os trabalhadores e os cidadãos. Nesse projeto destacaram-se os conceitos de resistência e de autonomia dos povos zapatistas do México (González Casanova, 1994 e 2001; Harvey, 2000; Baschet, 2002).

Obstáculos e sucessos na definição

Os primeiros apontamentos do colonialismo interno encontram-se na própria obra de Lênin. Em 1914, Lênin se interessou em expor a solução do problema das nacionalidades e das etnias oprimidas do Estado zarista para o momento em que triunfasse a revolução bolchevique. Nesse ano escreveu “Sobre o direito das nações à autodeterminação”; em 1916 escreveu especificamente sobre “A revolução socialista e o direito das nações à autodeterminação” (Lênin, 1985).

Lênin tentou “evitar a preponderância da Rússia sobre as demais unidades nacionais” (Lênin, 1985: 360, Tomo XXXVI). Fez ver que a Internacional Socialista devia “denunciar implacavelmente as contínuas violações da igualdade das nações e garantir os direitos das minorias nacionais em todos os Estados capitalistas” (Lênin, 1985: 294-97, Tomo XXXIII). No fim da guerra colocou a necessidade de uma luta simultânea contra o pan-eslavismo, o nacionalismo e o patriotismo russo (que constituíam a essência do imperialismo russo) e em 1920 fez um enérgico chamado para pôr atenção na “questão nacional” e no fato de que Rússia “em um mesmo país, é uma prisão de povos” (Lênin citado por Gallissot, 1981: 843, Tomo III, Parte II). A noção de colonialismo interno não apareceu, entretanto, até o Congresso dos povos do Oriente celebrado em Baku em setembro desse ano. Ali os muçulmanos da Ásia, “verdadeira colônia do império russo” fizeram os primeiros esboços do que chamaram “o colonialismo no interior da Rússia”. E mais, fizeram as primeiras colocações no âmbito marxista-leninista, do qual chegaria a conhecer-se mais tarde como a autonomia das etnias. Concretamente sustentaram que “a revolução não resolve os problemas das relações entre as massas trabalhadoras das sociedades industriais dominantes e as sociedades dominadas” se não se colocasse também o problema da autonomia destas últimas (Shram e Carrère d'Encausse, 1965). Advertiram sobre a dificuldade de fazer por sua vez uma análise da luta de libertação, ou pela autonomia das etnias, que não

descuidasse da análise de classe ou que não submetesse a luta dos povos e das nações na luta de classes. De fato, frente à posição do próprio Lênin no II Congresso do Komintern, a pressão foi muito grande para pensar quais etnias e minorias se redimiriam pela revolução proletária. Sultan-Galiev quis encontrar uma solução que aumentou o emaranhado metafísico sobre colonialismo e classe. Em 1918 sustentou que os povos oprimidos “tinham o direito de serem chamados povos proletários” e que ao sofrer a opressão quase todas suas classes “a revolução nacional” teriam o caráter de revolução socialista. Essas e outras afirmações carentes de um mínimo rigor para analisar as complexidades da luta de classes e para construir a alternativa socialista endureceram as posições que sustentavam direta ou indiretamente que “a questão nacional” (como eufemisticamente chamavam o colonialismo interno) “só poderia resolver-se depois da revolução socialista” (Gallissot, 1981: 850, Tomo III, Parte II). Os próprios conceitos que tenderam a prevalecer no estado centralista –enfrentado ao imperialismo e ao capitalismo– complementaram-se com reprimendas a as reivindicações concretas de croatas, eslovenos, macedônios, etc. Suas demandas foram condenadas como particularistas, em especial as que reivindicavam a independência. Assim, encerrou-se a discussão no V Congresso da Internacional. A partir do VI Congresso “abandonaram-se as posições analíticas” e concebeu-se “o universal” à margem dos fatos nacionais e étnicos. Desde então prevaleceu a ditadura de Stalin no partido e no país (Hájek, 1980: 483-486, Vol. III).

Encontrar a convergência da “revolução socialista” e da “revolução nacional” sempre foi difícil. A principal teorização fez-se entorno às classes, enquanto etnias ou nacionalidades atenderam-se como sobredeterminações circunstanciais. Os conceitos de etnias e nacionalidades, assim como os de alianças e frentes oscilaram mais que os de luta de classes, em função de categorias abstratas e de posições táticas. Classe e nação, socialismo e direitos das etnias, enfrentamentos e alianças, defenderam-se separadamente ou juntaram-se segundo os juízos conjunturais do partido sobre as “situações concretas”.

O descuido do conceito de colonialismo interno no marxismo oficial e no crítico obedeceu a interesses e preocupações muito difíceis de superar. A hegemonia da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos partidos comunistas do mundo deu às suas colocações sobre o problema um caráter paradigmático. As lutas das nações contra

o imperialismo, e a luta de classes no interior de cada nação e em nível mundial, obscureceram as lutas das etnias no interior dos Estados-nação. Somente se encontrou o sentido das lutas nacionais como parte da luta antiimperialista e da luta de classes ou de estratégias variáveis como as “frentes amplas”.

Desde os anos trinta e quarenta, toda demanda de autodeterminação na URSS foi tachada de separatista e de nacionalista. A hegemonia da Rússia e dos russos correspondeu a uma constante e crescente liderança. A participação de outros povos nas esferas públicas e sociais chegou a ser praticamente anulada. A própria “classe trabalhadora” que pertenceu ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) era sobretudo russa. Na expansão das grandes indústrias no território da URSS, os russos faziam “colônias” aparte e eram muito poucos os nativos que habitavam nelas. A administração autoritária dependia para suas principais decisões de Moscou. Nos anos setenta acentuou-se a luta pela democracia e pelas autonomias. As respostas do Estado foram inflexíveis. A Constituição de 1977 não incluiu nenhum artigo sobre os direitos das minorias ou das etnias. Em uma reforma à Constituição em 1º de dezembro de 1988 formulou-se um artigo pelo qual se pedia ao Soviet das Nacionalidades promover a igualdade entre as nações, respeitar os interesses das nações e lutar pelo “interesse comum e as necessidades de um Estado soviético multinacional”. O partido referiu-se à necessidade de legislar sobre os direitos de usar mais a língua das nacionalidades, de criar instituições para a preservação das culturas locais, de fazer efetivos e ampliar os direitos de ter representação no governo central. Tudo ficou em bons desejos de uma política que em parte deu-se entre os anos vinte e sessenta, período em que frente à publicação de textos em vários idiomas das nacionalidades e ao impulso às culturas locais, correspondeu um processo de transferência de excedente econômico da Rússia para suas periferias, processo que se reverteu desde então. Em qualquer caso, inclusive nos melhores tempos, os russos mantiveram sua hegemonia na URSS e suas Repúblicas. Em meio de grandes transformações, e de inegáveis mudanças culturais e sociais refizeram a dominação colonial até que a URSS tornou-se uma nova prisão de nacionalidades (Olga Vorkunova, 1990; Ustinova, 1990). Mais que qualquer outra nação da URSS, Rússia se “identificou” com a União Soviética e com o sistema socialista. O centralismo moscovita esmagava e explorava tanto as regiões da Rússia como as siberianas. Assim, o comunismo de Estado suscitou no interior da própria

Rússia ressentimentos nacionais e locais. O fenômeno fez-se patente com a dissolução da URSS e com o novo governo russo. Quando se dissolveu a URSS, a Chechênia foi integrada às fronteiras da nova Rússia como uma de suas 21 Repúblicas, apesar de nunca ter querido assinar o Tratado Federal das Repúblicas, Territórios e Bairros Autônomos (Ferro e Mandrillon, 1993: 167-169; 179-180).

Todas as circunstâncias anteriores e muitas mais puseram freio intelectual e oficial, inibitório e autoritário à reflexão sobre o “colonialismo interno”. Esse freio deu-se especialmente nos países metropolitanos e imperialistas, mas também nas “novas nações”. A lógica da construção do Estado e das alianças políticas, consciente e inconscientemente fez com que a categoria do colonialismo interno fosse objeto sistemático de rechaço. Na periferia do mundo Franz Fanon colocou o problema dos Estados libertadores que substituem os exploradores estrangeiros pelos exploradores nativos, mas não relacionou esse problema com as etnias exploradas e sim com as classes (Fanon, 1961: 111 e ss.). Quase todos os líderes e ideólogos deram prioridade à luta contra o imperialismo e à luta de classes como base para rechaçar a luta das etnias, sem que estas pudessem romper as barreiras epistemológicas e táticas que levavam a desconhecer suas especificidades. Assim, o problema do colonialismo interno se expressou de maneira fragmentária e dispersa no pensamento marxista e revolucionário.

Quando a noção de colonialismo interno foi formulada de maneira mais sistemática na América Latina, sua vinculação à luta de classes e ao poder do Estado apareceu originalmente velada. Em *A democracia em México* sustentei a tese de que no interior do país davam-se relações sociais de tipo colonial. “Rechaçando que o colonialismo somente deve contemplar a escala internacional”, afirmei que este também “se dá no interior de uma mesma nação, na medida em que há nela uma heterogeneidade étnica, em que se ligam determinadas etnias com os grupos e classes dominantes, e outras com os dominados” (González Casanova, 1965). Já em um artigo de 1963 havia analisado o conceito no nível interno e internacional que logo ampliei em 1969 em ensaios sobre *Sociologia da exploração* (González Casanova, 1987). Nestes trabalhos precisaram-se os vínculos entre classes, imperialismo, colonialismo e colonialismo interno. Também se ampliou o alcance do colonialismo interno e o relacionou com as diferenças regionais na exploração dos trabalhadores e com as transferências de excedente das regiões dominadas às dominantes. A análise correspondeu a esforços

semelhantes que foram precedidos por C. Wright Mills (1963: 154), quem de fato foi o primeiro a usar a expressão: “colonialismo interno”.

Por esses anos, o conceito começou a ser formulado sobretudo no marxismo acadêmico, no pensamento crítico e nas pesquisas empíricas da América Latina, Estados Unidos, África, Europa, Ásia e Oceania. A literatura a respeito é abundante e inclui pesquisas e trabalhos de campo, entre os quais se sobressaiu como um dos pioneiros o de Rodolfo Stavenhagen (1963). As discussões sobre o conceito passaram de debates mais ou menos contidos entre especialistas a verdadeiros encontros e desencontros entre políticos e dirigentes revolucionários. Guatemala talvez seja o caso mais marcado de como se deu o debate entorno do “colonialismo interno” como categoria para a libertação e pelo socialismo de índios e não índios. Ali também se deu o caso mais agudo de mistificações que reduziam essa categoria a uma perspectiva étnica e de “repúblicas de índios”. À violência física agregou-se a violência verbal, lógica e histórica que faz sofrer “os mais pobres entre os pobres” (González Casanova, 2000).

A história do colonialismo interno como categoria, e das discussões a que deu lugar, mostraram suas piores dificuldades na compreensão da luta de classes e da luta de libertação combinada em nível internacional e interno. As correntes ortodoxas opuseram-se durante muito tempo ao uso dessa categoria. Preferiram seguir pensando em termos de luta contra o “semifeudalismo” e contra o trabalho servil, sem aceitar que desde as origens do capitalismo as formas de exploração colonial combinam o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado. Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes refazem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias colonizadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas. O fenômeno repete-se uma ou outra vez depois da queda dos impérios e da independência política dos Estados-nação com variantes que dependem da correlação de forças dos antigos habitantes colonizados e colonizadores que conseguiram a independência.

Uma objeção menor ao uso da categoria de colonialismo interno consistiu em afirmar que em todo caso o que existe é um semicolonialismo ou neocolonialismo interno, o qual em parte é certo se por tais tomam-se as formas de dependência e exploração colonial mediante o emprego (ou a associação) de governantes nativos que pretendem representar as etnias de um Estado-nação. Contudo, nem todos os

governantes das etnias oprimidas deixam-se cooptar pelas forças dominantes: muitos encabeçam a resistência de seus povos e inclusive buscam com eles novas alternativas de libertação, em uma luta que na América leva mais de quinhentos anos. As etnias ou comunidades de nativos ou “habitantes originais” resultam ser assim objetos de dominação e exploração e também importantes sujeitos de resistência e libertação.

Mistificações e esclarecimentos

O colonialismo interno deu lugar a inumeráveis mistificações que podem ser agrupadas em cinco principais: Primeira: ele desliga-se das classes sociais e inclusive exclui-se das relações de exploração. Não se compreende como um fenômeno característico do desenvolvimento do capitalismo, nem vê quem luta contra ele a partir das etnias colonizadas, como parte do povo trabalhador e do movimento pela democracia, pela libertação e pelo socialismo. Segunda: não se conecta com a luta pelo poder efetivo de um Estado-nação multiétnico, pelo poder de um Estado de todo o povo ou de todos os povos, ou por um poder alternativo socialista que se construa a partir dos movimentos de trabalhadores, camponeses, habitantes urbanos. Terceira: em suas versões mais conservadoras o conduz ao etnicismo e à luta de etnias, ao batustanismo e a outras formas de balcanização e tribalização que tanto ajudaram as políticas colonialistas das grandes potências e dos Estados periféricos a acentuar as diferenças e contradições internas dos Estados-nação ou dos povos que se libertaram. Na interpretação etnicista do colonialismo interno as etnias mais débeis não são convocadas expressamente a unirem-se entre si nem a lutar ao lado da etnia mais ampla e de suas forças libertadoras, ou dentro do movimento de todo o povo e de todos os povos. Não se apóia as etnias nas lutas contra seus “mandantes” e “caciques”, ou contra os grupos de poder e interesse, muitos deles ligados às classes dominantes do Estado-nação e das potências imperialistas. A versão conservadora do colonialismo interno nega ou oculta a luta de classes e a luta antiimperialista, isola cada etnia e exalta sua identidade como uma forma de aumentar seu isolamento. Quarta: rechaça-se a existência do colonialismo interno em nome da luta de classes, amiúde concebida de acordo com a experiência européia que foi uma verdadeira luta contra o feudalismo. Rechaça-se a colonialismo interno em nome da “necessária descampesinização” e de uma suposta tendência à proletarianização de caráter determinista, que idealiza uma luta de classes simples. Para esse efeito invoca-se como ortodoxia marxista a linha de uma revolução antifeudal, democrático-burguesa e antiimperialista. Esta mistificação como algumas das anteriores utiliza argumentos

revolucionários para legitimar políticas conservadoras e inclusive reacionárias. Quinta: consiste em rechaçar o conceito de colonialismo interno com argumentos próprios da sociologia, da antropologia ou da ciência política estrutural-funcionalista, por exemplo, ao afirmar que se trata de um problema eminentemente cultural da chamada “sociedade tradicional”, o qual se terá de resolver com uma política de “modernização”; y que se trata de um problema de “integração nacional” para construir um Estado homogêneo que chegará a ter uma mesma língua e uma mesma cultura. Estas posições sustentam, de uma maneira ou de outra, que o colonialismo interno, em caso de existir, acabar-se-á mediante o “progresso”, o “desenvolvimento”, a “modernidade”, e que se há algo parecido ao “colonialismo interno” a semelhança deve-se a que suas vítimas, ou os habitantes que o padecem, acham-se em etapas anteriores da humanidade (“primitivas”, “atrasadas”). O darwinismo político e a sóciobiologia da modernidade são utilizados para referirem-se a uma inferioridade congênita dessas populações que são “pobres de por si” e que “não estão submetidas à exploração colonial nem à exploração de classe”. Os teóricos do Estado centralista sustentam que o que é verdadeiramente progressista é que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei e afirmam que os problemas e as soluções para as minorias e as majorias correspondem ao exercício dos direitos individuais e não de supostos direitos dos povos ou das etnias de origem colonial e neocolonial. Outros invocam a necessidade de fortalecer a Nação-estado frente a outros Estados e frente às potências neocoloniais acabando com as diferenças tribais que aquelas aproveitam para debilitar o legado e o projeto do Estado-nação a qual pertencem. Semelhantes argumentos acentuam-se na etapa do “neoliberalismo” e da “globalização” por governos que colaboram no debilitamento do Estado-nação, como os da Guatemala e México.

As teses que distorcem ou se negam a ver o colonialismo interno, enfrentam as reflexões cada vez mais ricas vinculadas às lutas contra a agressão, exploração e colonização externa e interna. Entre as zonas ou regiões nas quais se discutiu com mais profundidade o problema do colonialismo interno encontram-se África do Sul e América Central. O Partido Comunista Sul Africano (South African Communist Party, SACP) afirmou: “A África do Sul da população não branca é a colônia da população branca da África do Sul” (SACP, 1970). Fez ver como o capital monopólico e o imperialismo combinaram-se com o racismo e com o colonialismo para explorar e oprimir territórios que vivem sob um regime colonial ou neocolonial. A reflexão deu lugar a grandes debates, muitos deles formais, nos quais nega-se o colonialismo interno afirmando que “a partir de uma perspectiva marxista (*per se*) a classe trabalhadora sob o

capitalismo não pode beneficiar-se da exploração colonial” (Southhall, 1983). O problema complicou-se com a mistificação de buscar a independência de “sub-estados” ou “estados étnicos” sem capacidade real para enfrentar o poder da burguesia e do imperialismo. O obscurecimento foi ainda mais grave com o uso do conceito de colonialismo interno pelo pensamento conservador e paternalista, que pretende dar as boas vindas à fingida independência dos batustanes. Em ocasiões o debate fez-se tão complexo que muitos autores progressistas e marxistas recorreram mais ao conceito de racismo como mediação da luta de classes que ao conceito de colonialismo interno. O’Meara expressou este fato da seguinte maneira: “a política racial é um produto histórico desenhado sobretudo para facilitar a acumulação de capital, e foi usada assim por todas as classes com acesso ao poder do Estado na África do Sul” (1975: 147). Com o racismo, como observou Johnstone “Os nacionalistas e os trabalhadores brancos conseguem a prosperidade e a força material pela supremacia branca” (1970: 136). Tudo isso é certo, mas apenas com o conceito de racismo perde-se o dos direitos das “minorias nacionais” ou “etnias” dominadas e exploradas em condições coloniais ou semicoloniais e que resistem defendendo sua cultura e sua identidade. Apenas com o conceito de “racismo” perde-se o direito que têm as etnias a regimes autônomos.

A noção de etnia ligada à revolução de todo o povo e ao poder de um Estado que reconheça sua autonomia é a solução que encontrou o governo revolucionário da Nicarágua finalmente derrotado pela “contra” e pelas rendições de muitos de seus dirigentes. Em 1987 foi promulgada na Nicarágua uma nova Constituição que no artigo 90 incluiu os direitos das etnias à “autonomia regional”. O conceito de autonomia e sua formulação jurídica conseguiram precisar com toda clareza a diferença entre “autonomia regional” e soberania do Estado-nação. Para fortalecer o Estado-nação e respeitar a identidade e os direitos das etnias buscou-se resolver por sua vez o “problema étnico-nacional” (Díaz Polanco, 1987: 95-116). Se “reconheceu a especificidade lingüística, cultural e sócio-econômica das etnias ou minorias nacionais” as quais com frequência tratam de ganhar para si a contra revolução e o imperialismo (Díaz Polanco e López y Rivas, 1986). Não se conseguiu, no entanto, vincular suficientemente as lutas das etnias com as das demais forças democráticas e libertadoras. A tendência a expor a luta pela “autonomia” dos povos indígenas sem vinculá-las às lutas pelas autonomias dos municípios, e das organizações de povos, trabalhadores e cidadãos, faria desse esforço um exemplo que somente seria superado pelo movimento de libertação da Guatemala e, sobretudo, pelos zapatistas do México. Frente ao “indigenismo marxista que não contemplou

nenhuma reivindicação étnica” (Saladino García, 1983: 35) ou frente ao que pretendeu obscurecer a luta de classes com as lutas das etnias, desde a década de oitenta os revolucionários centro americanos, em particular os da Nicarágua e Guatemala esclareceram consideravelmente a dialética real da dupla luta.

Para nós [diz um texto guatemalteco] o caminho do triunfo da revolução entrelaça a luta do povo em geral contra a exploração de classe e contra a dominação do imperialismo ianque, com a luta pelos direitos dos grupos étnico-culturais que conformam nosso povo, complementando-os de maneira dialética e sem produzir antagonismos (“Los pueblos indígenas y la revolución guatemalteca”, 1982).

Conceitos da luta e dos espaços da luta

À presença do colonialismo interno no conceito da luta de classes e pela libertação nacional acrescenta-se a dos espaços da luta de classes e da libertação nacional. Se em um caso o colonialismo interno enriquece a compreensão e a ação das lutas dos trabalhadores e dos povos oprimidos, em outros coloca o problema das diferenças e semelhanças dos campos de luta que não somente interessam aos trabalhadores ou aos povos oprimidos, mas a todas as forças ocupadas em construir um mundo alternativo a partir do local até o global, a partir do particular até ao universal. A diferença entre precisar a luta e os campos de luta esclarece-se a partir de alguns textos de José Carlos Mariátegui, Antonio Gramsci e Henri Lefebvre.

José Carlos Mariátegui (1894-1930), fundador do Partido Socialista do Peru, que pertenceu à Terceira Internacional, colocou os povos indígenas no centro da problemática nacional. A originalidade de sua reflexão e a dificuldade de reconhecê-la percebe-se melhor se se coloca o problema das etnias entre os problemas centrais da humanidade. A idéia resulta politicamente chocante e epistemologicamente desdenhável. Para a maior parte das forças dominantes no Peru e no mundo os problemas dos índios, das minorias, das etnias são problemas “particularistas”, não universais. A concepção sobre o tema de Mariátegui pouco tem a ver com boa parte da esquerda de ontem e de hoje para as quais os índios e as etnias submetidas “não são vistas”, não existem como atores nem na problemática da luta de classes nem na luta nacional contra o imperialismo, nem no projeto de uma revolução democrática e socialista. Para este autor, é impossível que uma política no Peru não tenha como principal

referente os povos indígenas. Se generalizarmos sua reflexão, Mariátegui coloca em cada país o Estado-nação pluriétnico a impossibilidade de uma política alternativa que não tome em conta, entre os atores centrais, a suas etnias, ou povos oprimidos, aliados e integrados aos trabalhadores e às demais forças democráticas e socialistas. Indo além das colocações populistas de seu tempo e de seu país, propõe uma luta nacional e ibero-americana em que o indonacional e o indoamericano inserem-se na realidade mundial da luta de libertação e de classes. Opôs-se com razão ao projeto populista de “formação das repúblicas independentes” com os povos indígenas. Ao mesmo tempo reconheceu como ator central na luta nacional e de classes os índios unidos com os trabalhadores (Mariátegui, 1928). E isto não foi apenas um dizer, ou uma reflexão quixotesca e dogmática de indigenismo e trabalhismo, foi realismo político e revolucionário. Mariátegui indigenizou a luta de classes; indigenizou a luta antiimperialista e colocou a necessidade de fazer outro tanto em qualquer país ou região onde houvesse populações colonizadas, etnias, povos oprimidos, minorias ou nacionalidades em condições dessa exploração, discriminação e dominação que distingue os trabalhadores das etnias dominantes, ou “assimilados”, frente aos trabalhadores das etnias dominadas, discriminadas, excluídas. Em Mariátegui os espaços sociais e as particularidades da luta de classes e de libertação apareceram com relação a um determinado país, a um determinado Estado-nação, sem que esse autor precisasse os diferentes espaços de dominação e exploração no país nem as categorias coletivas distintas que podiam e deviam integrar-se ou associar-se à classe trabalhadora e suas frentes de luta. Gramsci e Lefebvre preencheram alguns desses vazios a partir das próprias experiências européias. Nesse mesmo terreno os seguiria René Lafont.

Entre as contribuições de Gramsci ao estudo dos campos de luta destaca-se sem dúvida seu estudo sobre as relações entre o Norte e o Sul da Itália. Um parágrafo de seus *Cadernos do cárcere* sintetiza de forma magistral seu pensamento:

A miséria do Mezzogiorno foi “inexplicável” historicamente para as massas populares do Norte; estas não compreendiam que a unidade não se dava sobre uma base de igualdade, mas sim como hegemonia do Norte sobre o Mezzogiorno, em uma relação territorial de cidade-campo, isto é, na qual o Norte era concretamente uma “sanguessuga” que se enriquecia à custa do Sul e que seu enriquecimento econômico tinha uma relação direta

com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional. O povo da Alta Itália pensava ao contrário, que as causas da miséria do Mezzogiorno não eram externas, mas sim somente internas e inatas à população meridional, e que dada a grande riqueza natural da região não havia senão uma explicação, a incapacidade orgânica de seus habitantes, sua barbárie, sua interioridade biológica. Estas opiniões muito difundidas sobre “esfarrapada pobreza napolitana” foram consolidadas e teorizadas pelos sociólogos do positivismo que lhes deram a força de “verdade científica” em um tempo de superstição na ciência (Gramsci, 1977).

O texto é impecável. Permite compreender como em um só país, Itália, se colocou o problema do colonialismo interno. Porém, esse problema não se pensa entre “os homens do povo” nem entre os “cientistas” como colonialismo nem como interno. Com o habitual oportunismo epistemológico na manipulação e mutilação de categorias, “o colonialismo”, como explicação, é substituído pelos “sociólogos”. Para eles “a inferioridade racial” dos italianos do Sul e a superioridade dos do Norte constitui “o fator determinante”. O interno do país chamado Itália é substituído pelo interno inferior próprio do Sul e pelo interno superior próprio do Norte. Oculta as relações entre Norte e Sul. Gramsci usa a metáfora da sanguessuga para falar da exploração regional. Aborda como contrapartida o problema da unidade na diversidade para a formação de um bloco histórico que compreenda a necessidade da unidade com relação às autonomias. Rechaça o temor dos reacionários que no passado viram na luta pela autonomia de Sardenha um perigoso caminho para a mutilação da Itália e o regresso dos Bourbons. Defende as lutas pela autonomia do passado e do presente.

Em todo caso, como observou com razão, Edward W. Soja, a exploração de algumas regiões por outras somente se entende quando nas regiões estudam-se as relações de produção e de dominação com suas hierarquias e seus beneficiários (Soja, 1995: 117 e 184). De levar-se a cabo essa análise aparecem, entre outros fenômenos, os do colonialismo interno tanto na intensificação da dominação do capital nacional e internacional como na ocupação dos espaços territoriais e sociais de um país a outros ou no interior de um mesmo país. A exploração, dominação, discriminação e exclusão dos “trabalhadores coloniais”, pelo capital nacional e estrangeiro se dá no interior das fronteiras políticas nacionais, ou fora delas. Coloca diferenças econômicas, políticas e jurídicas significativas entre os trabalhadores “coloniais” ou imigrantes

que vindo das periferias aos países ou regiões centrais competem com os trabalhadores residentes vendendo mais barata sua força de trabalho. As discriminações e oposições também se dão entre os trabalhadores das etnias dominantes e os trabalhadores das etnias dominadas. Superar essas diferenças em frentes comuns só é possível quando se reconhece a unidade de interesses e valores em meio da diversidade de etnias e trabalhadores residentes e imigrantes.

Henri Lefebvre e Nicos Poulantzas criticam o marxismo que descuida a ocupação e a reestruturação do espaço. Precisam o vago método da análise concreta das situações concretas, atuais. Referem-se, mesmo sem dizê-lo assim, à necessária consideração de distintas situações tanto ao longo dos tempos como ao largo dos espaços de dominação e apropriação. Lefebvre faz ver que a ocupação do espaço, e a produção de espaços pelo capitalismo é o que permite diminuir suas contradições. Analisa a manipulação física e teórica dos espaços da classe trabalhadora, a partir de Haussmann com seus “bulevares” até o atual mercado mundial. E acrescenta: “há um semicolonialismo metropolitano que subordina a seus centros os elementos camponeses e de operários estrangeiros todos submetidos a uma exploração concentrada e que mantém a segregação racial” (Lefebvre, 1968: 65). Observa que “agrupando os centros de decisão a cidade moderna intensifica a exploração organizando-a em toda a sociedade e não somente na classe trabalhadora, mas também em outras classes sociais não dominantes” (Lefebvre, 1968: 200). (Essas “classes sociais não dominantes” são as dos médios e pequenos proprietários, artesãos, e “classes médias baixas”, as dos “marginais” e excluídos, base dos “acarretados” das frentes populistas e social-democratas, há elementos de luta contra o neoliberalismo e pela democracia includente).

O rico significado do “colonialismo interno” como categoria que abarca toda a história do capitalismo até nossos dias e que, com esse ou outros nomes, opera nas relações espaciais de todo o mundo, é analisado por Robert Lafont em seu livro *A revolução regionalista* (1971). Lafont estuda o problema na França de De Gaulle, mas leva a análise muito além das fronteiras desse país centralizado, cujas diferenças étnicas ou regionais são amiúde esquecidas, e de um “Estado benfeitor” particularmente pujante e avançado. Suas reflexões gerais se vêm amplamente confirmadas em países com maiores diferenças regionais como Espanha, Itália, Inglaterra, Iugoslávia e Rússia na própria Europa, isto para não mencionar a maioria dos países da periferia mundial. Também se vêm confirmadas e acentuadas na maioria dos países pós-socialistas, que viveram sob regimes de socialismo de Estado. Seu peso alcança magnitude sem precedente com a passagem do “Estado de bem estar” ou do “Socialismo de Estado” ao Estado

neoliberal que surgiu no Chile desde o golpe de Augusto Pinochet, e que se instalou nas metrópoles com os governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan. As políticas neoliberais adquiriram perfis cada vez mais agressivos no dismantelamento do “estado social”, e desataram “guerras humanitárias” e “justiceiras” para a apropriação de posições militares, de vastos territórios e de valiosos recursos energéticos, como as que ocorreram a partir das invasões de Kosovo, Palestina, Afeganistão, até as de Iraque todas aproveitaram e manipularam as lutas entre etnias para invadir os Estados-nação e submeter seus povos. A declaração de uma guerra permanente ou “sem fim previsível” pelo governo dos Estados Unidos abriu uma nova época do “estado terrorista”, e uma nova época de conquistas e colonizações transnacionais, internacionais e intranacionais. Em todas elas o colonialismo interno tende a articular-se com o colonialismo internacional e com o transnacional, com suas redes de poderosas empresas oligopólicas e suas empresas paramilitares ou governamentais (Larry, 2000: 433-455).

Analisando a França dos anos sessenta Robert Lafont observou um esmagamento em curso, das estruturas regionais subsistentes. A invasão colonizadora, nacional-francesa ou estrangeira, é a conclusão lógica do subdesenvolvimento mantido pela forma do Estado e pelo regime do grande capital que atuam conjuntamente. Lafont não se refere somente ao colonialismo interno, mas também à colonização que se encontra em processo de transformar-se em um Estado-nação, e que está a cargo tanto do capital nacional como do estrangeiro. O perfil que dá do colonialismo se pode atualizar e reposicionar. Colonialização internacional e colonização interior tendem a realizar expropriações e saques de territórios e propriedades agrárias existentes, e contribuem à proletarização ou empobrecimento por depredação, desemprego, baixos salários, da população e dos trabalhadores das zonas subjugadas. Ao saque de territórios acrescenta-se a criação de territórios colonizados ou de enclaves coloniais; ao saque de circuitos de distribuição acrescenta-se a articulação dos recursos com que contam as megaempresas e os complexos; à asfixia e abandono da produção e dos produtos locais se agrega o impulso dos “*trusts*” estrangeiros unidos ao grande capital privado e público nativo.

A redemarcação de territórios e regiões rompe e refaz antigas divisas geográficas e cria novos limites e fluxos. Abre o país. Move, por distintos lados, a “frente de invasão”. Elimina boa parte dos médios e pequenos empresários e se enfurece com os artesãos e com as comunidades. Cria uma “consciência colonizadora” entre as distintas classes com perda de identidade dos nativos. Eleva a primeiro plano as indústrias extrativas frente às indústrias de transformação, e estas as reduz a “maquilas” em que os trabalhadores recebem baixos salários,

realizam grandes jornadas de trabalho, submetem-se a processos de produção intensiva, tudo com baixas margens de segurança e salubridade, carência efetiva de direitos de associação, e controle repressivo por sindicatos e polícias patronais.

A debilidade dos trabalhadores aumenta ao mesmo tempo que as unidades de produção situadas em um mesmo lugar elaboram “partes” de aparelhos, máquinas e produtos que são produzidos e montados em lugares distintos e distantes, e quando as instalações podem ser facilmente desmontadas e removidas pelos gerentes e proprietários. Assim se criam regiões inteiras que dependem de uma só companhia e que estão submetidas a seus objetivos e a sua dominação, não somente corporativa, econômica, para-policial, mas também psicológica, cultural, social, política, judicial. As companhias dominam fábricas e dominam regiões. Essa dominação é muito difícil de ser rompida, contudo, se ocorrer tal ruptura, as companhias têm muitos recursos, inclusive os da repressão, de preferência seletiva, com operações encobertas ou com ações legitimadas por um estado privatizado. Em todo caso, a alternativa de “submissão com espoliação ou de desemprego com exclusão” coloca-se como “a opção racional” aos trabalhadores e a suas famílias.

Por outro lado as conexões e circuitos de distribuição fazem-se diretamente de algumas empresas a outras ou em uma mesma megaempresa com suas sucursais e seus provedores, sem que os fluxos de importação-exportação-realização sejam contabilizáveis em nível internacional ou nacional, e sem que possam ocorrer interferências fiscais ou trabalhistas. Os circuitos internos das companhias beneficiam-se da compra dos provedores locais, com preços castigados, que no caso das regiões periféricas estão muito abaixo do valor que alcançam os mesmos bens e serviços no mercado formal nacional ou internacional.

As companhias são encraves territoriais e chegam a privatizar de tal modo o poder em regiões e países inteiros que desaparece o monopólio da violência legal do Estado quando assim convém aos interesses das companhias ou dos funcionários estatais associados e subordinados. Em caso de conflito com o governo local ou com os trabalhadores e com movimentos sociais e políticos, as “companhias invasoras” recorrem ao estado provincial, ou ao nacional, e se estes não atendem seus interesses e demandas, amparam-se nas “potências invasoras”. A lógica de que o que convém às companhias convém à nação e ao mundo (o slogan conhecido diz: *What is good for General Motors is good for the World*) impõe-se de cima para baixo entre funcionários, diretores, gerentes e empregados de confiança, ou que aspiram sê-lo. Corresponde

ao sentido comum de uma colonização internacional que se combina com a colonização interna e com a transnacional. Nela dominam as megaempresas e os complexos empresariais-militares. Todos atuam de forma “realista” e pragmática sobre as bases anteriores e iludem-se ou enganam-se pensando que a única democracia viável e defendível é a dos empresários, para os empresários e com os empresários.

Lafont fala da “França das relações humanas concretas”. Sua contribuição ao estudo analítico do concreto não somente permite ver as diferenças entre o país formal e o país real, mas também entre seus equivalentes mundiais e locais. Permite também ver o concreto em relação a distintos tipos de organizações como os governos e as companhias, e o concreto de categorias como as classes, as potências, as nações inviáveis e os complexos com suas redes e hierarquias. A sua é uma análise particularmente útil para determinar as causas ou as origens dos problemas em distintas etapas, regiões, estruturas e organizações. Também a é para colocar as alternativas, as alianças, as frentes, os blocos e suas articulações em movimentos, organizações, redes e partidos ou suas combinações e exclusões em contingentes de resistência e libertação na luta atual contra o sistema de dominação, acumulação, exploração, exclusão, opressão e mediação internacional, intranacional e transnacional. Lafont expõe os problemas da “revolução regionalista” advertindo que as regiões –como o tempo histórico e o capitalismo– têm um ponto de ruptura. O mesmo esboça um projeto de poder regional e de lutas democráticas e revolucionárias com autonomias. Propõe que os sindicatos e outras organizações construam uma cidadania completa que inclua um humanismo regional em um mundo de povos (Lafont, 1971).

Colonialismo inter, intra e transnacional

Com o triunfo mundial do capitalismo sobre os projetos comunistas, social-democratas e de libertação nacional, a política globalizadora e neoliberal das grandes empresas e dos grandes complexos político-militares tende a uma integração da colonização inter, intra e transnacional. Essa combinação permite aumentar sua dominação mundial dos mercados e dos trabalhadores, assim como controlar em seu favor os processos de distribuição do excedente no interior de cada país, nas relações de um país com outro, e em os fluxos das grandes empresas transnacionais.

A política globalizadora e neoliberal redefine as empresas e os países com suas redes internacionais, intranacionais e transnacionais. O mundo não pode ser analisado se se pensa que uma categoria exclui as outras. Enquanto as relações de dominação e exploração regional, as redes articulam os distintos tipos de comércio inequívoco e de colonialismo, assim como os distintos tipos de exploração dos trabalhadores, ou as distintas políticas de participação e exclusão, de distribuição e estratificação por setores, empregos, regiões.

As categorias da acumulação redefinem-se historicamente. Processos iterativos ampliados consolidam-se com políticas macro das forças dominantes. Estas impulsionam as tendências favoráveis ao sistema. Freiam ou desarticulam as tendências que lhes são desfavoráveis. Ainda que esse proceder esteja longe de acabar com as contradições do sistema, e inclusive em prazos relativamente curtos ou coloque na ordem dos “sistemas em extinção”, durante a etapa atual, cuja duração é difícil calcular, lhe dá uma fortaleza inegável. Ela provém da desarticulação de categorias sociais como “a classe operária”, ou “Estado-nação”, ou “Estado Benfeitor”, ou “Estado Independente” surgido de condições coloniais e que se torna ou resulta ser dependente, ou “Estado Socialista” ou “Nacionalista”, surgido dos movimentos revolucionários e de libertação nacional que se torna ou resulta ser capitalista e neoliberal e que até se inscreve nos países endividados sujeitos às políticas do Banco Mundial (BM), ou Fundo Monetário Internacional (FMI), e à Tesouraria do governo dos Estados Unidos. A força dos centros de poder mundial e dos antigos países imperialistas também provém da estruturação e reestruturação de mediações nos sistemas sociais com refuncionalizações “naturais” e induzidas das classes, camadas e setores médios e de políticas de distribuição que incluem desde “estímulos” especiais ao grande capital e seus associados até políticas de marginalização, exclusão e eliminação das populações mais discriminadas e desfavorecidas, tudo combinado com políticas de prêmios e castigos que nos Estados Benfeitores correspondem a direitos sociais, e nos neoliberais a donativos focalizados e ações humanitárias. A fortaleza dos centros de poder do capitalismo mundial também se baseia na articulação e combinação de suas próprias forças desde os complexos militares-empresariais e científicos, passando por suas redes financeiras, tecnológicas e comerciais, até a organização de complexos empresariais das chamadas companhias transnacionais e multinacionais que controlam a partir de seus próprios bancos passando por seus meios de publicidade até seus mercados de serviços, mercadorias, territórios e “consciências”. Para a maximização do domínio e das utilidades, a articulação dos complexos militares-empresariais e políticos é fundamental. Todos eles trabalham em forma de

sistema auto-regulado, adaptativo e complexo que tende a dominar o sistema-mundo sem dominar as imensas contradições que gera. Dentro de suas políticas cabem os distintos tipos de colonialismo organizado que se combinam, complementam e articulam em projetos associados para a maximização de utilidades e do poder das empresas e dos estados que as apóiam.

Nessas condições, fenômenos como o colonialismo operam em suas formas internacionais clássicas; nas intra-nacionais que aparecem com o surgimento dos Estados Nação que fizeram objeto de conquista povos vizinhos –como Inglaterra fez com Irlanda, ou como Espanha fez com o País Basco– o que vindo de uma história colonial depois das guerras de independência mantém com as antigas populações nativas as mesmas ou parecidas relações de exploração dos antigos colonizadores. E a elas acrescentam-se as empresas transnacionais e as regiões transnacionais controladas pela nova organização expansiva do complexo militar-empresarial dos Estados Unidos e associados internos e externos. A estreita articulação dessas forças é percebida cada vez mais pelas etnias, nacionalidades ou povos que enfrentam as oligarquias e burguesias locais, nacionais, internacionais e as empresas transnacionais.

Os movimentos alternativos, sistêmicos e anti-sistêmicos, não podem ignorar as grandes mudanças que ocorreram nas categorias sociais do sistema de acumulação e dominação capitalista, hoje hegemônico em nível mundial. E se o reconhecimento dessas mudanças presta-se à formulações que dão por mortas categorias anteriores como o imperialismo, o Estado-nação, ou a luta de classes o qual é completamente falso, mais bem corresponde às “operações encobertas” das ciências sociais e ao uso de linguagens “politicamente corretas” de que dizem representar uma “esquerda moderna”, sistêmica ou anti-sistêmica, o problema real consiste em ver como se reestruturam as categorias da acumulação e dominação, e em que forma aparecem suas redefinições atuais e conceituais nos novos processos históricos e nos distintos espaços sociais.

Em meio às grandes mudanças ocorridas desde o triunfo global do capitalismo, o colonialismo interno, ou intracolonialismo, e sua relação com o colonialismo internacional, formal e informal, e com o transnacional, é uma categoria complexa que se reestrutura em suas relações com as demais, e que reclama ser considerada em qualquer análise crítica do mundo que se inicie a partir do local ou do global.

Se os fenômenos de colonização externa no início do capitalismo foram a origem do imaginário eurocentrista e antiimperialista que não deu o peso que tinha ao colonialismo no

interior dos Estados-nação estruturados como reinos, repúblicas ou impérios, hoje resultaria de todo falso uma análise crítica e alternativa da situação mundial ou nacional que não incluía o colonialismo interno articulado ao internacional e ao transnacional.

À necessidade de reconhecer a enorme importância das lutas dos cidadãos contra o Estado tributário que fazia deles meros “sujeitos”, ou à necessidade de incluir as lutas dos trabalhadores contra os sistemas de exploração e dominação do capital, ou as dos povos colonizados e oprimidos que lutam pela independência soberana do Estado-nação frente ao imperialismo e o colonialismo internacional, acrescenta-se a crescente luta dos povos que dentro de um Estado-nação, enfrentam os três tipos de colonialismo, o internacional, o intranacional e o transnacional.

As novas lutas que livram os povos rebeldes ou em resistência contribuem para esclarecer a complexidade ou interdefinição que alcançaram as categorias do capitalismo e fazem ato de presença em todas elas. Também registram as amargas experiências de mediação, cooptação e corrupção que as distintas revoluções sofreram com a integração dos movimentos revolucionários e reformistas aos sistemas políticos do Estado, fosse este liberal, social-democrata, nacionalista, socialista ou comunista.

As novas forças emergentes, também levam a repensar a democracia, a libertação e o socialismo dando um novo peso à lógica da sociedade civil frente à do Estado, aos valores ético-políticos das comunidades e das organizações autônomas da resistência ou da alternativa, frente a um capitalismo que “colonizou o conjunto da vida cotidiana”.

Nas colocações emergentes põe-se o acento na formulação moral e política do respeito a cada um, à própria dignidade e autonomia da pessoa e também da coletividade a que se pertence a fim de construir um poder alternativo inflexível que baseado nas unidades autônomas e suas redes, redescubra, por suas recordações e experiências, a luta encoberta de classes, hoje convertida em guerra pelos “ricos e os poderosos”, e que os cidadãos, os povos e os trabalhadores descubrem ou redescobrem por experiências próprias conforme as crises se agudizam e os movimentos alternativos se fortalecem.

A presença do novo colonialismo internacional, interno e transnacional, encontrou uma importante confirmação no terreno militar desde que à guerra internacional acrescentou-se a “guerra interna” até converter-se no objetivo central teórico-prático das forças político-militares hegemônica. A “guerra interna” foi considerada desde os anos sessenta pelos complexos

militares-empresariais das grandes potências como a forma principal da guerra mundial. A mudança implicou uma importante inovação nas artes e nas tecnociências militares ao articular os exércitos de ocupação nacionais, com os multinacionais e transnacionais. A mudança deu-se nas guerras abertas e encobertas, e nas forças convencionais e não convencionais, militares e paramilitares. Em todos os tipos de guerras e de guerreiros, de soldados e de agentes se articulou o nacional, o internacional o multinacional e o transnacional os povos oprimidos por um colonialismo descobriram todos os colonialismos. Sua dura vivência foi parte de sua imensa capacidade teórica, de um sentido e uma prática muito distante da “sociedade tradicional”.

A guerra interna apareceu originalmente associada à guerra contra insurgente do chamado Terceiro Mundo; mas de fato ficou incluída na nova teoria da “guerra de variada intensidade” que se livra no mundo interno, com previsões de inclusão da mesma nos países metropolitanos, fato contemplado desde os anos sessenta e que se pôs em andamento a partir do 11 de setembro de 2001. Este tipo de guerra não somente mostrou seu caráter internacional, intranacional e transnacional como guerra contra insurgente, mas também como nova guerra de conquista que combina a ocupação violenta e pacífica dos territórios da periferia com as novas guerras de conquista contra os Estados-nação do ex Terceiro Mundo e suas distintas etnias.

A “guerra interna” como guerra mostra que a maioria dos Estados-nação e suas classes dominantes jogam predominantemente como cúmplices ou associados nas ações contra os povos, sem que por isso deixem de existir enfrentamentos entre os Estados-nação das grandes potências. As etnias vêm a unidade de seus opressores na preparação dos exércitos nacionais que vão às escolas metropolitanas, que recebem o treinamento de seus especialistas para usar as armas que esses países vendem aos ricos e poderosos do próprio país ou província na qual vivem. Descubrem como essa unidade estende-se aos paramilitares nativos que recebem treinamento e armamento de caciques, governos nacionais e estrangeiros, até formar verdadeiros complexos transnacionais, com suas hierarquias e autonomias relativas, convencionais e não convencionais. Com as guerras internas e as de baixa intensidade os povos adquirem uma consciência crescente do caráter internacional de suas lutas, e ainda que vejam a conveniência de se apoiar nos Estados que simpatizam com elas, seus referentes principais acham-se na sociedade civil dos pobres e empobrecidos, dos marginalizados e dos excluídos em seus movimentos e organizações.

Durante a nova etapa da conquista do mundo, cada vez mais aberta e sem freio, em que o complexo-militar dos Estados Unidos, seus associados e subordinados mostram dispor de uma imensa força para destruir, intimidar, disciplinar e comprometer quase todos os governos do mundo, e para dividir e enfrentar os povos, já não somente recebem especial relevo as lutas e guerras entre etnias que desde Kosovo até o Iraque tornaram-se instrumentos do imperialismo, mas também os novos movimentos sociais por um mundo alternativo que aprofundam suas lutas contra o imperialismo, o neoliberalismo, o capitalismo e contra as mais distintas formas de opressão laica ou religiosa, que lhes impeçam de alcançar certos valores universais de democracia, justiça e liberdade.

Esses movimentos de nacionalidades, povos e etnias constituem a avançada do movimento histórico mundial desde o fim do Estado de Bem Estar, Socialista ou Populista, e manifestam em seus chamados e comunicados um nível de consciência sem precedente que não somente obedece à leitura que fizeram das rebeliões do fim do século, nem à reformulação dos legados de experiências anteriores, mas também a uma contradição necessária dos estados social-democratas, populistas ou desenvolvimentistas e do socialismo de Estado. Em muitos dos países periféricos, durante os governos populistas ou socialistas, deu-se uma política educativa que incluiu entre seus beneficiários muitos jovens das nacionalidades e minorias étnicas (Stavenhagen, 1996: 105-114). Ligados a seus povos originais, um bom número de jovens das etnias ou nacionalidades foram capazes de captar o universal concreto em suas variedades, em suas especificidades e em suas novidades históricas. Descobriram o novo mundo sem encobrir o passado. Descobriram o mundo atual e as linhas de um mundo alternativo emergente e por construir. A mudança ocorreu nas regiões periféricas e centrais. Deu-se entre os habitantes urbanos marginalizados, entre os movimentos de jovens, mulheres, homossexuais, desempregados, endividados, excluídos, e em alguns dos velhos movimentos de camponeses e trabalhadores ou de revolucionários e reformistas, mas entre todos esses destacaram-se os movimentos das etnias, dos povos indígenas que captaram a velha e nova dialética do mundo desde as formas de opressão, discriminação e exploração local, até as transnacionais, passando pelas nacionais e internacionais.

A luta pela autonomia dos povos, das nacionalidades ou as etnias não somente uniu a as vítimas do colonialismo interno, internacional e transnacional, mas também se encontrou com os interesses de uma mesma classe dominante, depredadora e exploradora, que opera com seus

complexos e articulações empresariais, militares, paramilitares e de civis estes organizados como suas clientelas e agregados em um paternalismo atualizado e um populismo focalizado.

Em suas formas mais avançadas os novos movimentos colocam uma alternativa distinta à estatista revolucionária ou à reformista, e também à anarquista e libertária. Nem lutam para reformar o Estado, nem brigam para tomar o poder do Estado em uma guerra de posições e movimentos, nem pretendem criar aldeias ou regiões isoladas dirigidas por suas comunidades ao estilo daqueles anarquistas do Peru ou da Catalunha que declararam que em seu povoado havia desaparecido o Estado, e mais cedo que tarde o Estado acabou com eles. A proposta dos zapatistas está combinando as antigas formas de resistência das comunidades com sua articulação a maneira de redes muito variadas. As redes não somente incluem distintos povos indígenas que antes se enfrentavam entre si e que agora atuam conjuntamente para resistir e governar, mas também muitas minorias, etnias ou povos das mesmas províncias ou países, e de regiões como mesoamérica ou indoamérica, e até outras maiores e mais longínquas com as quais ao menos entram em comunicação por via eletrônica. As redes também incluem os camponeses que não se identificam por uma cultura ou língua distinta da nacional. Incluem os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais, as populações marginais urbanas e outros chamados novos movimentos como os de gênero, os ecologistas, os de devedores e aposentados, e em geral os dos empobrecidos, marginalizados, excluídos, desempregados, e ameaçados de extinção.

A formação de redes e organizações autônomas coloca uma nova alternativa de luta com crescentes capacidades de enfrentar o sistema dominante enquanto articule e reestruture as forças heterogêneas que não somente dão um valor primordial à autonomia necessária, mas também à dignidade, irrenunciável, de pessoas e coletivos. Essas colocações não somente incluem um novo uso dos meios eletrônicos e de massas, mas também comunicações presenciais. Através de uns e outros a leitura e o diálogo coletivos combinam os espaços de reflexão, criação e atuação de pequenos grupos com os atos de massas com discursos dialogais. Ademais, transmitem o projeto em distintas formas de raciocinar, sentir e expressar-se, isto é, em uma mistura de gêneros literários e de artes pedagógicas e retóricas que não permite separar os discursos histórico-políticos dos filosófico-científicos unidos, sem perder muito do que se está vivendo e criando. O conjunto de um fenômeno de diálogo integral, ou de pensar-sentir-fazer, que desde sempre existiu, adquire um relevo especial como se suas articulações fossem em grande medida intuídas e deliberadas. A comunicação interativa e intercultural torna-se

possível por um respeito ao diálogo das crenças, das ideologias, e das filosofias ligado à descolonização da vida cotidiana e dos “momentos estelares” da comunidade crescente, esboço de uma humanidade organizada. A busca do universal no particular, da unidade na diversidade recorre e combina as experiências revolucionárias, reformistas e libertadoras ou libertárias anteriores, enquanto enlaça velhas e novas utopias, mais acessíveis a uma prática alternativa e mais disposta a compreender suas próprias contradições e algumas formas de superá-las. Entre os zapatistas, o projeto de redes como projeto de governo que articula autonomias, materializou-se com a transformação recente de zonas de solidariedade em “municípios autônomos em rebeldia”, que não somente se articulam entre si mas também com o exterior, com a nação, e um pouco, por agora, com o mundo (González Casanova, 2003). O centro do projeto radica em construir as autonomias da alternativa a partir das bases, e em articular comunidades e coletividades autônomas decididas a resistir às políticas neoliberais que combinam repressão, cooptação e corrupção para a intimidação e a sujeição.

Os novos movimentos e muitas das populações que são suas bases de apoio sabem que o controle do Estado chega aos partidos políticos e aos meios de comunicação, de alimentação, de saúde, de educação, de intimidação, de persuasão, e implica uma luta pela alternativa que se coloque o problema da moral coletiva como uma das forças mais importantes para a resistência pacífica dos povos, uma resistência armada de valor e inteligência, mais que de fuzis, e disposta a negociar sem sucumbir, construindo forças de tal modo articuladas e autônomas que imponham uma política de transição para um mundo capaz de sobreviver e de viver. Nesse terreno os novos movimentos, se reencontram com o único dos anteriores, o “26 de Julho”, que conseguiu subsistir não somente frente à ofensiva que o capital neoliberal e oligopólico desataram nos últimos vinte anos, mas também frente ao assédio e bloqueio que o governo dos Estados Unidos lhe impôs há meio século.

Isolar categorias como o colonialismo interno de outras como a luta pelas autonomias e a dignidade dos povos e das pessoas é um ato de inconsciência intelectual tão grave como isolar a sobrevivência de Cuba e dos imensos sucessos sociais e culturais de seu povo-governo, da força moral que lhe legou Martí, a quem com razão se chama o autor intelectual da revolução cubana. Os isolamentos de categorias podem ser a melhor forma de não definir as categorias. São a melhor forma de não entender as definições históricas da classe trabalhadora e da luta de classes cuidadosamente encobertas ou mediatizadas pelas estruturas atuais e mentais do capitalismo realmente existente.

Bibliografía

- Baschet, Jérôme 2002 *L'étincelle Zapatiste. Insurrection in-dienne et résistance planétaire* (Paris: Noël).
- Díaz Polanco, Héctor 1987 *Etnia, nación y política* (México: Juan Pablos Editor).
- Díaz Polanco, Héctor e López y Rivas, Gilberto 1986 *Nicaragua: autonomía y revolución* (México: Juan Pablos Editor).
- Fanon, Frantz 1961 *Les damnés de la Terre* (Paris: Maspero).
- Ferro, Marc e Mandrillon, Marie-Helène 1993 *L'Etat de Toutes les Russies. Les états et les Nations de l'ex-URSS* (Paris: La Découverte).
- Gallissot, René 1981 "L'impérialismo e la questione coloniale et nazionale dei popoli oppressi" em *Storia del marxismo* (Turim: Einaudi).
- González Casanova, Pablo 1963 "Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo" em *América Latina. Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales* (México) Ano VI, Nº 3, julho-setembro.
- González Casanova, Pablo 1965 *La democracia en México* (México: Ediciones ERA).
- González Casanova, Pablo 1987. (1969) *Sociología de la explotación* (México: Siglo XXI Editores).
- González Casanova, Pablo 1994 "Las Causas de la rebelión en Chiapas" em *Política y sociedad* (Madri) Nº 17, setembro-dezembro.
- González Casanova, Pablo 2000 "La formación de conceptos en los pueblos indios" em Velasco, Ambrosio (org.) *El concepto de heurística en las ciencias y las humanidades* (México: Siglo XXI).
- González Casanova, Pablo 2001 "Los zapatistas del siglo XXI" em *OSAL* (Buenos Aires) Nº IV, junho.
- González Casanova, Pablo 2003 "Los caracoles zapatistas. Redes de resistencia y autonomía (Ensayo de interpretación)" em *Memoria Revista Mensual de Política y Cultura* (México) Nº 177, novembro.
- Gramsci, Antonio 1977 *Quaderni del carcere* (Turim: Einaudi-Edizione Valentino Gerratana).
- Hájek, Milos 1980 "La questione nazionale in Europa" em *Storia del marxismo* (Turim: Einaudi).

- Harvey, Neil 2000 *La lucha por la tierra y la democracia* (México: Era)
- Johnstone, Frederick 1970 “White Prosperity and White Supremacy in South Africa Today” em *African Affairs*, Vol. 69, N° 275, abril.
- Lafont, Robert 1971 *La revolución regionalista* (Barcelona: Ariel).
- Larry, James 2000 “Mercenaries, Private Armies and Security Companies in Contemporary Policy” em *International Politics*, Vol. 37, N° 4.
- Lefebvre, Henri 1968 *Espace et politique (Le droit a la ville suivi II)* (Paris: Anthropos).
- Lênin, Vladimir Ilich 1985 *Obras Completas* (Moscou: Editorial Progreso).
- “Los pueblos indígenas y la revolución guatemalteca” 1982 (Guatemala) mimeo.
- Mariátegui, José Carlos 1928 *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (Lima: Amauta).
- Marx, Karl 1963 “Discours sur le libre-échange, em *Oeuvres* (Paris:La Pléyade).
- O’Meara, Dan 1975 “The 1946 African Mine Workers Strike and the Political Economy of South Africa” em *Journal of Common Wealth and Comparative Politics*, Vol. 13, N° 2, julho.
- SACP (South African Communist Party) 1970 *The Road to South African Freedom* (Moscou: Nanka Publishing House).
- Saladino García, Alberto 1983 *Indigenismo y marxismo en América Latina* (México: UNAM).
- Shram, Stuart e Carrère d’Encausse, Hélène 1965 *Le marxisme et l’Asie 1853-1954* (Paris: Armand Colin).
- Soja, Edward W. 1995 *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory* (Londres: Verso).
- Southhall, Roger J. 1983 “South Africa’s Transkei. The Political Economy of an Independent Batustan” em *Monthly Review* (Nova Iorque).
- Stavenhagen, Rodolfo 1963 “Clases, colonialismo y aculturación. Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica” em *América Latina. Revista do Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales* (Rio de Janeiro) Ano VI, N° 4, outubro-dezembro.
- Stavenhagen, Rodolfo 1996 *Conflictos étnicos y estado nacional* (México: Siglo XXI).
- Ustinova, M. 1990 “Causes of the Interethnic Conflicts in the Baltic Regions”, mimeo.

Vorkunova, Olga 1990 “Management of National and Ethnic Conflicts in the Soviet Union”, IPRA Conference, Groningen, Holanda 3-7 julho, mimeo.

Wright Mills, C. 1963 “The Problem of Industrial Development” em Horowitz, Irving L. (eds.) *Power, Politics and People* (Nova Iorque, Oxford University Press).